

MEMÓRIA DE REUNIÃO
3ª REUNIÃO DO GT PARA EFICIENTIZAÇÃO DE ENERGIA NAS EDIFICAÇÕES

DATA: 11-04-2006

LOCAL: Brasília – DF

PARTICIPANTES: conforme Lista de Presença anexa

ASSUNTOS DISCUTIDOS E PROPOSTAS APROVADAS:

1 – ABERTURA: MME

Paulo Leonelli, coordenador do GT, apresentou a agenda desta reunião, que foi aprovada.

Frederico (PROCEL-EDIFICA) leu a memória da 2ª Reunião do GT, que foi aprovada com a inclusão solicitada pelo Lydio (CBIC) de um item, relacionando a documentação distribuída na 2ª Reunião que constou de cópia da Lei Nº. 10.295/2001 (Lei de Eficiência Energética), Decreto Nº. 4059/2001, que regulamenta a Lei e cria o GT, Fascículo Nº. 9 dos **CADERNOS MCIDADES PARCERIAS EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL**.

O Lamberts (UFSC) informou que a documentação relativa aos trabalhos do GT estava disponibilizada no site <http://150.162.76.35/edifica>, usuário: ftpedifica e senha: edi4pro.

Questionado pela Salete (MCIDADES) da razão do local proposto para as reuniões estarem ser o Rio de Janeiro, George (ELETROBRÁS-PROCEL) esclareceu que somente as reuniões do núcleo técnico seriam no Rio, já que a maior parte dos componentes deste núcleo está lotada nessa cidade, mas que as do GT continuarão ocorrendo em Brasília. Foi solicitado pela Salete que seu nome substituísse o do Luciano, como representante do MCIDADES na lista de contatos do GT.

O Coordenador do GT destacou que o MME, no sentido de dar sustentação e apoio aos trabalhos deste grupo, convidou o IBAM, Mcidades e CEF a participarem das reuniões do GT. Quanto ao uso do poder de compra do governo federal, como medida incentivadora à eficiência, informou que a questão foi encaminhada para análise pela Consultoria Jurídica (CONJUR) do MME já que houve questionamento com respeito à legalidade desta medida, que seria implantada através de decreto vinculado à Lei 10.295/2001.

Com respeito à utilização do fórum da competitividade da indústria da construção, Salete informou que está agendada reunião para tratar da sua reativação, já que o mesmo, após um ano de funcionamento, encontra-se, no momento, desativado. O objetivo do fórum era estimular a indústria, eliminando entraves ao seu crescimento e promovendo articulações para solução dos problemas, não contando com dotação orçamentária, nem com metas específicas. Na estrutura anterior, que será rediscutida, este fórum era composto de diversos Gts, dos quais participava toda a cadeia produtiva da construção civil: associações de empresários, bancos etc. e MDIC, que tendo a visão da prospectividade da habitação atua na discussão neste fórum com função diferente do Mcidades, já que são discutidas questões como impostos. Sobre a participação do GT ou do MME, com o enfoque de conferir competitividade à eficiência, Salete considera que se deve aguardar, primeiramente, sua reativação e a definição das perspectivas futuras, mas que há espaço para a discussão de eficiência em algum GT do fórum.

2. APRESENTAÇÕES

2.1 PROCEL-EDIFICA

A apresentação, feita pelo George Soares, mostrou a estrutura do núcleo de Edificações do PROCEL, constando dos seguintes tópicos:

- estrutura do núcleo de edificações do PROCEL (PROCEL-EDIFICA), dentro do Departamento de Desenvolvimento Projetos Especiais da ELETROBRÁS;
- elaboração, em 2002 e lançamento, em 2003, do Plano de Ação do PROCEL-EDIFICA, em eventos que contaram com a participação de diversos profissionais e entidades do ramo de edificações e eficiência energética;
- objetivo do programa de viabilizar a implementação do que determina a Lei 10.295/2001 e disseminar e estimular a aplicação dos conceitos de EE nas edificações, através de parcerias com instituições externas à ELETROBRÁS, com reconhecida expertise em cada área de atuação, atuando como coordenadoras de cada uma das em 5 (cinco) vertentes que compõem o Plano de Ação. Destas, duas já se encontram em desenvolvimento: Subsídios à Regulamentação – coordenada pela UFSC e Educação – coordenada pela UFAL. As demais, Tecnologias, Disseminação, Habitação e Suporte, encontram-se em estágios variados de implementação. A atuação no segmento de prédios públicos é exercida por núcleo específico, dentro do PROCEL.

2.2 IBAM

A apresentação do IBAM foi feita pela Ana Lucia Nadalutti La Rovere e constou dos seguintes tópicos:

- criação do IBAM, em 1952, como entidade voltada para o fortalecimento do governo municipal, trabalhando, não apenas com municípios, mas com o Governo Federal, bancos etc. e sua atuação junto às administrações municipais, elaborando planos para promover ações de eficiência energética, no âmbito dos programas anuais das concessionárias de distribuição. Foi esclarecido que o IBAM não representa os Municípios e atua de forma independente do Movimento Municipalista do Brasil;
- apresentação do parecer elaborado para o PROCEL sobre a viabilidade de se criar mecanismos que promovam a eficiência energética nas edificações do país, avaliando as implicações da aplicação dos requisitos de eficiência energética às edificações, em forma lei bem como as demandas ou conseqüências que a obrigatoriedade do cumprimento de parâmetros construtivos poderá ocasionar aos Municípios e ao Governo Federal. Foram apresentados os conceitos de Direito de Propriedade e Direito de Construção e esclarecida a competência do Governo Federal na elaboração da legislação municipal de obras, bem como a competência da União para legislar sobre energia, para administrar a política de eficiência e auto-suficiência energética do país e a competência concorrente de todos os entes federativos na preservação do meio ambiente;
- sugestão de estímulo da União à adesão voluntária por parte dos agentes envolvidos, através da implantação de mecanismos com força de recomendação, como alternativa à adesão compulsória, aumentando a efetividade dos mecanismos propostos e tornando dispensável a adoção de medidas de fiscalização rigorosas. Outras formas de estímulo à adesão seriam prêmios, certificações e oferecimento de benefícios, ou condicionamento

do fornecimento de energia ao respeito às normas, sendo que esta última alternativa implicaria em necessidade de alguma fiscalização.

- Os efeitos sobre os municípios seriam: dependência das estratégias da União; dispensa de revisão do código de obras municipais (o que ocorreria caso houvesse fosse criada norma federal), além da possibilidade de outorga da competência da fiscalização aos Municípios, por meio de convênios. Em suma, o IBAM considera que pode haver a obrigatoriedade, mas através de mecanismos menos severos. (confirmar com o IBAM)

2.3 MCIDADES

A apresentação foi feita pela Salete e tratou do PBQPH, constando dos seguintes tópicos:

- O PBQP-H, subordinado ao Conselho das Cidades, por meio do Gabinete do Ministro e coordenado pela SNH-Mcidades, foi instituído em 18 de dezembro de 1998, como Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade na Construção Habitacional - PBQP-H. No ano 2000, foi estabelecida a necessidade de uma ampliação do escopo do Programa, que passou a integrar o Plano Plurianual (PPA) e a partir de então englobou também as áreas de Saneamento e Infra-estrutura Urbana. Assim, o "H" do Programa passou de "Habitação" para "Habitat", entendido como todo o ambiente físico onde se desenvolvem o conjunto das atividades da população, conceito mais amplo que reflete melhor sua nova área de atuação.

- Participam do Programa construtores, projetistas, fornecedores, fabricantes de materiais e componentes, comunidade acadêmica e entidades de normalização, além do Governo Federal;

- O PBQP-Habitat é um programa de adesão voluntária, onde o Estado atua como agente indutor e mobilizador da cadeia produtiva da construção civil. A sensibilização e implementação do Programa ocorrem nas etapas descritas abaixo.

- Sensibilização e adesão – quando o programa é apresentado aos diversos segmentos da cadeia produtiva da construção de uma unidade da federação, buscando sensibilizar e mobilizar para adesão o setor privado e os agentes públicos estaduais;
- Programas Setoriais – é a segunda fase, em que as entidades do setor elaboram um diagnóstico do segmento da construção civil, que serve de base à formulação de um Programa Setorial de Qualidade (PSQ);
- Acordos Setoriais - o diagnóstico feito na fase anterior fundamenta um Acordo Setorial entre o setor privado, o setor público estadual e a CAIXA, bem como demais agentes financeiros, definindo metas e cronogramas de implantação dos Programas de Qualidade, estabelecendo assim a prática do uso do poder de compra do governo.

- O PBQP-H foi estruturado em projetos, correspondendo a conjuntos de ações para o desenvolvimento do Programa, com vistas a solucionar problemas específicos na área da qualidade da construção civil:

- Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiQ) - aderente à série de normas NBR ISO e conta com a participação do INMETRO. Possui caráter evolutivo, havendo uma declaração de conformidade para o nível inicial e certificação para os níveis posteriores. O sistema levando em conta as diferenças regionais e tecnológicas garante que os níveis de classificação das empresas são os mesmos em todo o território nacional. Os requisitos mínimos requeridos para contratação são definidos nos acordos setoriais de cada estado, com base nos diagnósticos elaborados pelos agentes públicos e privados;
- Sistema de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos (SiMaC);
- SINAT, Sistema Nacional de Avaliação Técnica - estimula a inovação tecnológica e deve ser o nicho da parceria com o Programa de Eficiência Energética em Edificações;
- Formação e Requalificação dos Profissionais da Construção Habitacional - visa capacitar profissionais do setor da construção civil;
- Apoio à Autogestão, entendida como o processo pelo qual as famílias participam da ampliação, reforma, construção e manutenção de unidades habitacionais. Este segmento representa 67% das construções.

- Estágio Atual do PBQP-H:

- Fase de sensibilização já concluída em 27 estados.
- Termo de Adesão assinado por 24 estados, dos quais 15 têm decretos regulamentando a adoção do Programa em seus territórios.
- Acordo com a Caixa Econômica assinado por 23 estados.
- A adesão de construtoras aos sistemas de qualidade do SiQ-Construtoras está se consolidando como fator de diferenciação no mercado, com quase 3000 construtoras envolvidas, sendo que mais de 1500 já foram auditadas por organismos certificadores do PBQP-Habitat.
- 28 (vinte e oito) Programas Setoriais de Qualidade (PSQs) em andamento e sendo monitorados, representando avanços significativos também na qualidade de materiais e componentes da construção civil.

2.4 CAIXA ECONÔMICA

João (CAIXA) relatou que a CAIXA está tratando da questão da Eficiência em duas vertentes:

Habitação para baixa-renda

- Condições de projeto
- Capacitação de técnicos

Infra-estrutura da CAIXA

- Eficiência nos próprios prédios e agências da CAIXA

3. PROPOSTA DE REGULAMENTAÇÃO ESPECÍFICA PARA EDIFICAÇÕES COMERCIAIS E PÚBLICAS

Aspectos com pesos diferenciados

- densidade de potência de iluminação (30%): eficiência do sistema de iluminação
- ar-condicionado (40%): sistemas etiquetados (PBE)
 - verificar se pode ser incluída um critério misto de classificação que considere também alguma proteção do equipamento à exposição ao Sol
 - optou-se por classificar os equipamentos em 5 categorias
- envelope (30%): método prescritivo (não se perdem pontos)
 - método prescritivo: área de janela, transmitância das paredes, ângulo vertical de sombreamento etc., e aplicação de um equacionamento elaborado com base em um banco de dados
 - escala de pontos
- constatação da responsabilidade técnica do projeto: CREA
- verificação: PROCEL

Definições:

- grandes comerciais e prédios públicos;
- 5 (cinco) categorias de classificação
- não existe a categoria T12, criando-se uma nova classificação para a iluminação (Nível E);
- os pesos atribuídos a cada item da classificação (iluminação, ar-condicionado e envelope) serão discutidos posteriormente;
- para centrais de ar-condicionado, serão usadas normas internacionais.

4. ASSUNTOS DISCUTIDOS

Paulo Leonelli solicitou a opinião da Salete a partir da apresentação do PROCEL EDIFICA e do desafio de se estabelecerem índices mínimos de eficiência energética para edificações, em que área seria mais eficiente a cooperação deste grupo com o PBQP-H?

Salete considera que é possível haver cooperação com o PBQP-H, sendo considerado que o efeito mais imediato das ações deste GT seriam as vinculadas aos projetos no SiAC, e no SINAT. Para isto, poderia ser assinado Termo de Adesão ao programa formalizando a parceria, desde que já tenham sido primeiramente estabelecidos os índices mínimos de eficiência energética a serem regulamentados.

Foi consenso entre os presentes que o sucesso do PBQP-H, no atendimento de seus objetivos, depende da mobilização de participação de toda a cadeia da construção em 5 (cinco) áreas de atuação:

- tecnologias;
- projeto: questão fundamental, sobretudo os de baixa-renda;
- escolha dos equipamentos a serem empregados na construção (dispositivos ou equipamentos mais eficientes: chuveiros, louças etc.);
- levantamento de hábitos de consumo;
- arcabouço legal, tanto em nível municipal, quanto em termos de NBRs (desempenho de habitação de até 5 pavimentos, por exemplo).

João (CAIXA) observou que o setor de projetos da CEF ainda não está preparado para absorver a questão da eficiência. Ele considera que o enfoque deve ser dado às moradias de baixa renda, visando mutuários com renda de até 5 (cinco) salários mínimos, já que a CAIXA está trabalhando para concentrar a aplicação de 80% dos recursos, aproximadamente, R\$ 10 bilhões, junto a este perfil de mutuários.

George sugeriu ao João que apresente a questão ao conselho curador dos projetos habitacionais.

5. DISCUSSÃO DO INFORME DA SECRETARIA TÉCNICA

Verificou-se ser necessária uma validação dos critérios para avaliação de residências (casas ou prédios) em função maior diversidade de projetos em todo o território nacional, tendo-se optado por não gerar índices neste momento. A Rede de Laboratórios do PROCEL será chamada a colaborar no levantamento de uma tipologia por região, a partir da qual serão definidos, para cada caso, os índices mais adequados e simulações apropriadas. Uma fase da validação da metodologia poderá consistir da sua aplicação para análise do desempenho dos projetos hoje existentes, na CAIXA.

Considerou-se que uma Lei com a Nº. 10.295/2001 deveria vir agregada a um conjunto de normas de ensaio, metodologias etc.

Constatou-se que no setor comercial de grandes prédios, a homogeneização dos projetos era maior, permitindo iniciar-se o processo de validação destas metodologias. Será efetuada reavaliação dos pesos a serem atribuídos aos itens de projetos como o tipo de envoltória e de cobertura, frente aos itens relativos à utilização da edificação como iluminação, condicionamento de ar e outros sistemas como elevadores, bombas etc. Quanto aos sistemas de ar-condicionado, de parede e splits, a proposta baseia-se nos equipamentos com etiqueta. As centrais de ar condicionado não possuem ainda sistemas de certificação internacionais, forçando-nos a recorrer à rede de credenciamento internacional do INMETRO, indicando-se a norma etc. Os grandes prédios públicos poderiam ter tratamento diferenciado, sendo possível estabelecer quesitos obrigatórios para este tipo de edificação, que inclusive possuem um núcleo específico dentro do PROCEL, independentemente do EDIFICA.

Sobre os critérios de avaliação da conformidade da edificação, discutiu-se a atribuição de etiqueta ou selo. A opinião do GT é que a etiqueta informa ao consumidor e lhe provê um critério de comparação, tendo o selo um papel de diferencial de mercado, devendo por isso ser de caráter voluntário.

O George (PROCEL) considera que o processo deva ser invertido iniciando-se com o Selo, que alavancaria a etiquetagem, pois não se pode comparar edificações, sendo o Selo, inclusive, um instrumento mais facilmente alterável.

Caberá ao GT estabelecer o público-alvo para cada tipo de regulamentação proposta.

6. CONCLUSÕES:

- ✓ A 3ª Reunião do GT foi um momento de aprendizado, compartilhamento e nivelamento de informações;
- ✓ MME e Midades, avaliarão propostas para integração do GT com o PBQP-H;
- ✓ Como medida imediata, ainda sem serem considerados os índices regulamentares, a CAIXA pode, com o apoio do PROCEL e do LabEEE, buscar soluções que induzam a elaboração de projetos mais eficientes;
- ✓ enquanto se aguarda que o GT apresente uma proposta concreta dos indicadores, pode-se estudar a possibilidade de uma premiação para EE, como forma de sensibilização. Seria uma boa postura a se adotar, inclusive junto à rede do IBAM. A premiação pode ser a concessão do Selo, ou concessão de alguma prioridade, incentivo fiscal, elevação do limite de financiamento etc. Devem ser considerados os ganhos sociais no sentido mais geral, como os ganhos para toda a sociedade;

➤ **Próxima reunião do GT: 12 de julho, no MME/BSB.**